

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais..... 4

Demonstrações dos resultados..... 6

Demonstrações dos resultados abrangentes 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8

Demonstrações do fluxo de caixa 9

Demonstrações do valor adicionado 10

Notas explicativas às demonstrações contábeis 11



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Diretores da
SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 30 de abril de 2024, sem modificação.



**Shape the future
with confidence**

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O


Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	174	204	14.598	939
Impostos a recuperar		7	2	7	2
Despesas antecipadas	5	-	-	2.231	1.879
Adiantamentos a fornecedores	6	-	-	8.025	8.025
Total do ativo circulante		181	206	24.861	10.845
Não circulante					
Partes relacionadas	7	1.748	2.443	-	-
Investimentos	8	31.802	1.976	-	-
Ativo de direito de uso	9	-	-	3.458	3.397
Imobilizado	10	-	-	10.672	770
Intangível	11	-	-	170	-
		31.802	1.976	14.300	4.167
Total do ativo não circulante		33.550	4.419	14.300	4.167
Total do ativo		33.731	4.625	39.161	15.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	2	2	1.738	6
Arrendamentos	13	-	-	123	104
Impostos a recolher		2	-	10	-
Total do passivo circulante		4	2	1.871	110
Não circulante					
Arrendamentos	13	-	-	3.563	3.418
Partes relacionadas	7	1.948	2.643	1.948	9.504
Total do passivo não circulante		1.948	2.643	5.511	12.922
Patrimônio Líquido	14				
Capital social		31.921	2.000	31.921	2.000
Prejuízos acumulados		(142)	(20)	(142)	(20)
Total do patrimônio líquido		31.779	1.980	31.779	1.980
Total do passivo e do patrimônio líquido		33.731	4.625	39.161	15.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado da equivalência patrimonial		(94)	(17)	-	-
Despesas administrativas	15	(41)	(3)	(124)	(20)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(135)	(20)	(124)	(20)
Receitas financeiras		15	8	15	8
Despesas financeiras		(2)	-	(13)	-
Resultado financeiro líquido	16	13	8	2	8
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(122)	(12)	(122)	(12)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	-	(1)	-	(1)
Prejuízo do exercício		(122)	(13)	(122)	(13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(122)	(13)	(122)	(13)
Total do resultado abrangente do exercício	(122)	(13)	(122)	(13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.000	(7)	1.993
Prejuízo do exercício	-	(13)	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.000	(20)	1.980
Aumento de capital	27.478	-	27.478
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.443	-	2.443
Prejuízo do exercício	-	(122)	(122)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.921	(142)	31.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes dos tributos		(122)	(12)	(122)	(12)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-	-
Arrendamentos - atualização financeira	13	94	17	-	-
		-	-	296	-
		(28)	5	174	(12)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Impostos a recuperar		(5)	(2)	(5)	(2)
Despesas antecipadas		-	-	(339)	-
		(5)	(2)	(344)	(2)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		1	2	1.723	(6)
Impostos a recolher		5	-	13	-
Partes relacionadas		-	-	1.748	-
Outros passivos		-	-	-	(3)
		6	2	3.484	(9)
Caixa proveniente das atividades operacionais		(27)	5	3.314	(23)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3)	(1)	(3)	(1)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(30)	4	3.311	(24)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de investimentos		(27.477)	-	-	-
Adições ao Imobilizado e Intangível	10	-	-	(9.859)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		(27.477)	-	(9.859)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		27.477	-	20.616	-
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	13	-	-	(409)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		27.477	-	20.207	(376)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(30)	4	13.659	(400)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		174	204	14.598	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		204	200	939	-
		(30)	4	13.659	(400)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Geração do valor adicionado	-	-	-	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(42)	(3)	(125)	(20)
Serviços de terceiros	(39)	(2)	(93)	(2)
Outros custos operacionais	(3)	(1)	(32)	(18)
Outras despesas	(3)	(1)	(32)	(18)
Valor adicionado bruto	(42)	(3)	(125)	(20)
Valor adicionado líquido produzido	(42)	(3)	(125)	(20)
Valor adicionado recebido em transferência	(78)	(8)	16	9
Receitas financeiras	16	9	16	9
Resultado da equivalência patrimonial	(94)	(17)	-	-
Valor adicionado total a distribuir	(120)	(11)	(109)	(11)
Distribuição do valor adicionado	(120)	(11)	(109)	(11)
Impostos, taxas e contribuições	-	2	-	2
Federais	-	2	-	2
Remuneração de capitais de terceiros	2	-	13	-
Juros	2	-	13	-
Remuneração de capitais próprio	(122)	(13)	(122)	(13)
Prejuízo a distribuir	(122)	(13)	(122)	(13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

1. Contexto operacional

A SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de novembro de 2021, com sede em escritório central na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Norte - 27º andar - Vila Nova Conceição, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como atividade preponderante participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (holding), assim como o desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração renovável.

A Companhia é detentora de 100% do capital social das Companhias: Central Eólica Pedra de Amolar I SPE S/A, Central Eólica Pedra de Amolar II SPE S/A, Central Eólica Paraíso Farol II SPE S/A e Central Eólica Paraíso Farol III SPE S/A., conjuntamente definidas como “Grupo”. As Companhias estão com início das obras previstos para 2025 e conclusão em 2026.

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Em 30 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado e intangível (nota explicativa 10 e 11);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 10); e
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota explicativa (nota explicativa 13).

3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1 Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	IAS 1	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de " <i>Sale and Leaseback</i> "	IFRS 16	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores	IAS 7 IFRS 7	01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	N/A	01.01.2024

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	IAS 21	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	N/A	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	IAS 28	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IFRS 18	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia.

A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixas e bancos	2	1	14.426	736
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	172	203	172	203
	174	204	14.598	939

(i) As aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez na Controladora, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa de 97% em 2024 (taxa média em 100% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB (Certificado de Depósito Bancário).

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

5. Despesas antecipadas

A despesas antecipadas no valor de R\$ 1.939 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.879 em 31 de dezembro de 2023), referem-se a gastos antecipados nas controladas com financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. para construção do parque solar e o valor de R\$ 292 em 31 de dezembro de 2024 são despesas antecipadas com garantias.

6. Adiantamento a fornecedores

O adiantamento a fornecedor no valor de R\$ 8.025 em 31 de dezembro de 2024 e 2023 refere-se a pagamento pelas controladas ao fornecedor Gold Wind para assegurar o contrato de construção dos aerogeradores dos parques eólicos.

7. Transações com partes relacionadas

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Balço patrimonial					
Ativo					
Central Eólica Pedra de Amolar I	AFAC	-	1.048	-	-
Central Eólica Pedra de Amolar II	AFAC	-	1.024	-	-
Central Eólica Paraíso Farol II	AFAC	-	371	-	-
Central Eólica Pedra de Amolar I	Custos compartilhados - capex	514	-	-	-
Central Eólica Pedra de Amolar II	Custos compartilhados - capex	514	-	-	-
Central Eólica Paraíso Farol II	Custos compartilhados - capex	206	-	-	-
Central Eólica Paraíso Farol III	Custos compartilhados - capex	514	-	-	-
Total ativo		1.748	2.443	-	-
Passivo					
Pacific Hydro Energia do Brasil	AFAC	200	2.643	200	9.504
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	1.748	-	1.748	-
Total passivo		1.948	2.643	1.948	9.504

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

8. Investimentos

(a) Composição do investimento e informações sobre as controladas:

	Composição do investimento		Informações sobre as controladas				
	31/12/2024	31/12/2023	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
				31/12/2024			
Participações em Controladas							
Central Eólica Pedra de Amolar I SPE S.A.	5.885	492	100%	7.275	1.390	5.885	(22)
Central Eólica Pedra de Amolar II SPE S.A.	14.675	494	100%	15.948	1.273	14.675	(22)
Central Eólica Paraíso Farol II SPE S.A.	3.839	494	100%	5.026	1.187	3.839	(25)
Central Eólica Paraíso Farol III SPE S.A.	7.403	496	100%	10.731	3.328	7.403	(25)
Total Investimentos	31.802	1.976					

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

(b) Movimentação do investimento:

	Saldo em 31/12/2023	MEP	Aumento de capital	Adiantamento futuro de capital	Saldo em 31/12/2024
Central Eólica Pedra de Amolar I	492	(22)	4.367	1.048	5.885
Central Eólica Pedra de Amolar II	494	(22)	13.179	1.024	14.675
Central Eólica Paraíso Farol II	494	(25)	2.999	371	3.839
Central Eólica Paraíso Farol III	496	(25)	6.932	-	7.403
Total	1.976	(94)	27.477	2.443	31.802

	Saldo em 31/12/2022	MEP	Saldo em 31/12/2023
Central Eólica Pedra de Amolar I	498	(6)	492
Central Eólica Pedra de Amolar II	498	(4)	494
Central Eólica Paraíso Farol II	498	(4)	494
Central Eólica Paraíso Farol II	499	(3)	496
Total	1.993	(17)	1.976

9. Ativo de direito de uso

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos das controladas.

(a) Composição do ativo de direito de uso:

	Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado			Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado		
		31/12/2024				31/12/2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Arrendamento de terras	5,10%	3.641	(183)	3.458	6,67%	3.643	(246)	3.397
Total direito de uso		3.641	(183)	3.458		3.643	(246)	3.397

(b) Movimentação do ativo de direito de uso:

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2023	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2024
Arrendamento de terras	3.397	274	(213)	3.458
Total ativos de direito de uso	3.397	274	(213)	3.458

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023
Arrendamento de terras	2.191	1.401	(195)	3.397
Total ativos de direito de uso	2.191	1.401	(195)	3.397

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

10. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, mas limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 dezembro de 2024 e 2023, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

(a) Composição do imobilizado:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em curso				
Geração	10.672	10.672	770	770
Total do imobilizado em curso	10.672	10.672	770	770
Total do Imobilizado	10.672	10.672	770	770

(b) Movimentação do imobilizado:

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Reclassificação (i)	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	770	10.072	(170)	10.672
Total do imobilizado em curso	770	10.072	(170)	10.672
Total do imobilizado	770	10.072	(170)	10.672

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	-	493	277	770
Total do imobilizado em curso	-	493	277	770
Total do imobilizado	-	493	277	770

(i) O valor de R\$170 (R\$ 277 em 2023) foi reclassificado do intangível para o imobilizado para refletir os gastos com a construção dos projetos.

11. Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

Gastos com desenvolvimento

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1) e são registradas ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração da Companhia, através de teste de impairment, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos imobilizados.

(a) Composição do intangível:

	Consolidado	
	31/12/2024	
	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em curso		
Outros projetos	170	170
Total intangível	170	170

(b) Movimentação do intangível:

	Consolidado		
	Valor líquido em 31/12/2023	Reclassificação (i)	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em curso			
Outros projetos	-	170	170
	-	170	170

(i) O valor de R\$170 foi reclassificado do intangível para o imobilizado para refletir os gastos com a construção dos projetos.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e serviços	2	2	1.738	6
	2	2	1.738	6

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui operações de risco sacado.

13. Arrendamentos

Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados.

Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia mantém contratos de arrendamentos de terrenos onde se localiza seu parque solar. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e apresentados nas notas explicativas de Ativo de direto de uso (nota explicativa 09).

	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	7.022	499	-	(406)	7.115
(-) Ajuste a valor presente	(3.500)	(225)	296	-	(3.429)
Total	3.522	274	296	(406)	3.686
Circulante	104				123
Não Circulante	3.418				3.563
Total	3.522				3.686

	Consolidado				Saldo líquido em 31/12/2023
	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	3.739	3.659	-	(376)	7.022
(-) Ajuste a valor presente	(1.525)	(2.257)	282	-	(3.500)
Total	2.214	1.402	282	(376)	3.522
Circulante	84				104
Não circulante	2.130				3.418
Total	2.214				3.522

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

14. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de R\$31.921, representados por 3.192.100 ações ordinárias, em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Capital subscrito	31.921	31.921	2.000	2.000
	31.921	31.921	2.000	2.000

A Composição societária é apresentada a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Pacific Hydro Energia do Brasil LTDA	31.921	31.921	100,00	2.000	2.000	100,00
	31.921	31.921	100,00	2.000	2.000	100,00

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2024, a Companhia não obteve lucro a distribuir.

15. Custos e despesas (por natureza)

	Controladora			
	2024		2023	
	Despesas	Total	Despesas	Total
Serviços de terceiros	-	-	(2)	(2)
Serviços de auditoria	(39)	(39)	-	-
Outras	(2)	(2)	(1)	(1)
Total	(41)	(41)	(3)	(3)
	Consolidado			
	2024		2023	
	Despesas	Total	Despesas	Total
Serviços de terceiros	-	-	(2)	(2)
Serviços de auditoria	(93)	(93)	-	-
Outras	(31)	(31)	(18)	(18)
Total	(124)	(124)	(20)	(20)

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

16. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	16	8	16	8
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(1)	-	(1)	-
Receitas financeiras total	15	8	15	8
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(2)	-	(13)	-
Despesas financeiras total	(2)	-	(13)	-
Total resultado financeiro	13	8	2	8

17. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade:

(i) se sim, ela deve reconhecer o valor nas demonstrações contábeis, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que elas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

Composição da alíquota efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	IRPJ / CSLL		IRPJ / CSLL	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(122)	(12)	(122)	(12)
Alíquota	24%	24%	24%	24%
IRPJ e CSLL	29	3	29	3
Equivalência patrimonial	(23)	(4)	(23)	(4)
Outros	(6)	-	(6)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	-	(1)	-	(1)
Alíquota efetiva	0,00%	8,33%	0,00%	8,33%

18. Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda.

Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

b) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	Controladora					31/12/2023 Total
	31/12/2024				Total	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Passivos Financeiros						
Fornecedores	2	-	-	-	2	2
Partes relacionadas	-	-	1.948	-	1.948	2.643
Total	2	-	1.948	-	1.950	2.645
	Consolidado					
	31/12/2024				Total	31/12/2023 Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos		
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.738	-	-	-	1.738	6
Partes relacionadas	-	-	1.948	-	1.948	9.504
Arrendamentos	31	92	601	2.962	3.686	3.522
Total	1.769	92	2.549	2.962	7.372	13.032

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Categoria
	31/12/2024		31/12/2023		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	174	174	204	204	Resultado
Passivos financeiros					
Partes relacionadas	1.948	1.948	2.643	2.643	Custo amortizado
Fornecedores	2	2	2	2	Custo amortizado
	Consolidado				
	31/12/2024		31/12/2023		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	14.598	14.598	939	939	Resultado
Passivos financeiros					
Arrendamentos	3.686	3.686	3.522	3.522	Custo amortizado
Partes relacionadas	1.948	1.948	9.504	9.504	Custo amortizado
Fornecedores	1.738	1.738	6	6	Custo amortizado

d) Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa, conforme tabela acima.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do setor.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no setor. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos das controladas, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das conseqüências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso solar que impacta na geração de energia.

A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso solar para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

19. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas não tem cobertura de seguros contratados em 2024, pois as controladas entrarão em fase de construção em 2025 e os seguros estão em fase de contratação.

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

20. Transações que não afetaram o caixa

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atividades de Investimento					
Ativo de direito de uso – correção contratual	9	-	-	274	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	2.443	-	6.861	-

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Valéria Lopes de Souza
Contadora
CRC - 1SP145065/O-9